

Tráfico de escravos e estrutura social
(Vale do Rio Piranga, Minas Gerais, c1830-c1839)

Mateus Rezende de Andrade
Doutor em História, UFMG
Postdoc Fellow
College of Arts, Department of History
University of Guelph - Canada

Resumo: Este artigo parte da ideia de acentuação das desigualdades como fator estruturante da composição demográfica e social vigente nas Minas oitocentistas. Para se aprofundar tal entendimento, exploram-se diversas informações sobre aspectos da composição demográfica da sociedade em tela (Vale do Rio Piranga), e em seguida, propõe-se uma reflexão sobre como o tráfico de escravos para a região foi determinante à estrutura social que ali se instaurou.

Palavras-chave: Escravidão; Crise da mineração; Desigualdades socioeconômicas; Posse de Cativos; Tráfico transatlântico.

Área Temática: História Econômica, do Pensamento Econômico e Demografia Histórica

Introdução

Em minuciosa análise aos dados contidos nas listas nominativas da década de 1830 e no recenseamento do ano de 1804, outra pesquisa dissecou a estrutura da posse de cativos na mesma região em tela neste artigo.¹ Na ocasião, foram expostas conclusões e hipóteses sobre o que se denominou um processo histórico de concentração da posse de escravos e acentuação das desigualdades em Minas Gerais. Em suma, o que se ressaltou foi que nas décadas iniciais do século XIX redefiniram-se os significados do que era ser proprietário de escravos, pois, acirraram-se as disparidades entre o mundo dos senhores de escravos, sejam grandes ou pequenos proprietários, e entre aqueles indivíduos livres despossuídos da mão-de-obra escravizada.

Os dados e informações históricas apresentadas por aquela pesquisa, se não forem problematizados, tendem à superficialidade, deixando obscura a complexidade social e econômica que marcou a sociedade mineira dos oitocentos. De antemão, fique claro que este artigo não irá colocar de lado as conclusões da pesquisa já realizada, mas, complementa-las. Assim, assume-se neste artigo a ideia de acentuação das desigualdades como uma precondição que se impôs à estrutura social e demográfica vigente na sociedade que se configurou no Vale do Rio Piranga. Deste modo, para dar sentido aos dados já analisados e às conclusões preliminares apresentadas, este artigo irá explorar informações sobre aspectos da composição demográfica da sociedade em foco a partir das listas nominativas da década de 1830, para em seguida trazer reflexões sobre como o tráfico de escravos para a região foi determinante à estrutura social que ali se conformou,

Neste artigo, optou-se por não se empreender análises nos dados contidos no recenseamento do ano de 1804 e se enfocar nas informações fornecidas pelas listas nominativas da década de 1830. Além das distintas tipologias de dados demográficos fornecidos pelos dois recenseamentos, o que requer o empenho em desenvolver métodos que balize comparações possíveis, as listas de 1831-32 e 1838-39 oferecerem uma riqueza qualitativa que satisfaz os objetivos deste artigo: aprofundar o entendimento daquele processo histórico de acentuação das desigualdades.

Composição demográfica

Os primeiros elementos que se buscaram explorar visando conhecer características da composição demográfica da região do vale do Rio Piranga foram o estado matrimonial (casado, solteiro ou viúvo), a condição (escravo, livre ou liberto), cor/origem (africano, branco, crioulo ou pardo) e o sexo (masculino ou feminino) dos chefes de domicílios recenseados nos anos de 1831 e 1832.

Num primeiro momento, como já era de se esperar, destaca-se a grande maioria de homens casados chefiando domicílios (1.141), seguidos de longe por mulheres solteiras (313) e viúvas (235). Todavia, é digno de nota que estas tenham superado o número de homens solteiros (190). Não causou espanto as cifras dos chefes de domicílios que eram livres: enquanto entre os homens perfaziam 1.314 chefes (Tabela 1), ou 65,96% do total, entre as mulheres eram 571 (Tabela 2), correspondendo a 28,66%. Os libertos, entre homens e mulheres, somavam 105 indivíduos (5,27%), ao passo que 2 indivíduos eram escravos.² Por último, atentando-se à ‘cor/origem’ dos chefes de

¹ ANDRADE, M. R.. A Posse de Cativos no Vale do Rio Piranga: concentração de capital e acentuação das desigualdades (Minas Gerais, 1804 - 1831). In: *XVII Seminário sobre a economia mineira*, [recurso eletrônico]: anais. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2016. v. 3. p. 193-216.

² Dentro das normas legais vigentes à época, era inconcebível um escravo ser chefe de seu próprio domicílio, portanto, proprietário de si mesmo. Imaginamos que por algum motivo o proprietário estava ausente quando do período que se procedeu ao recenseamento e o juiz de paz do distrito não o listou naquele domicílio. De toda forma, outras abordagens sobre domicílios chefiados por escravos já foram tema de pesquisa conduzida por Ynaê Lopes Santos, a qual, a partir de minucioso levantamento documental, apresenta importantes hipóteses e conclusões sobre a moradia escrava no Rio de Janeiro oitocentista, mantendo acesa a possibilidade de se reconhecer que dentre outras peculiaridades da escravidão brasileira, uma delas foram arranjos de moradia nos quais, escravos viviam por si, gerando renda a seus senhores (SANTOS, Ynaê Lopes dos. *Além da Senzala: arranjos escravos de moradia no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Dissertação (mestrado em história) – Universidade de São Paulo, Programa de pós-graduação em História Social. São Paulo, 2006.) Para o efeito de manter as tabulações o mais próximo possível da documentação original optou-se por manter a

domicílios, detectou-se que a maior parte eram indivíduos declarados pardos (931), seguidos de perto pelos indivíduos brancos (777), enquanto 236 eram crioulos e os africanos totalizavam 48 chefes de domicílios (Tabela 1 e Tabela 2).³

Ao se cruzar todas estas informações, e averiguados os percentuais sobre os totais de domicílios recenseados e segundo o sexo do chefe, algumas cifras saltam aos olhos. É expressiva a superioridade, entre os homens, dos chefes de domicílios casados (81,62%), frente aos 13,59% de chefes solteiros e 4,79% de viúvos (Tabela 1).⁴ Destacam-se destes dados: de todos os homens chefes de domicílios, 76,54% eram homens casados e livres e, dentre estes, os brancos e pardos correspondiam a 68,74%, com leve superioridade de 3,81% dos chefes brancos.

Tabela 1 – Homens chefes de domicílio por estado matrimonial, condição e cor/origem. Vale do Rio Piranga, 1831-32

Estado Condição	Casados			Solteiros			Viúvos		
	Escravos	Forros	Livres	Escravos	Forros	Livres	Escravos	Forros	Livres
Africanos	0	26	0	0	6	0	0	2	0
Brancos	0	0	504	0	0	73	0	0	28
Crioulos	0	8	94	1	0	21	0	0	8
Pardos	0	52	457	0	5	84	0	0	29
SOMA	0	71	1070	1	10	179	0	2	65

Fonte: Arquivo Público Mineiro. Listas nominativas de Habitantes.

Tabela 2 – Mulheres chefas de domicílio por estado matrimonial, condição e cor/origem. Vale do Rio Piranga, 1831-32

Estado Condição	Casadas			Solteiras			Viúvas		
	Escravas	Forras	Livres	Escravas	Forras	Livre	Escravas	Forras	Livres
Africanas	0	0	0	0	13	0	0	1	0
Brancas	0	0	12	0	0	65	0	0	95
Crioulas	0	0	6	0	2	71	0	0	25
Pardas	0	0	28	0	4	158	1	8	105
SOMA	0	0	46	0	14	299	1	8	226

Fonte: Arquivo Público Mineiro. Listas nominativas de Habitantes. Legenda: (*) Estes percentuais correspondem sobre o total de domicílios chefiados por mulheres.

Entre as mulheres, a maior parcela era das solteiras que somavam 313 chefas de domicílio (52,69%); todavia, não correspondiam a massiva superioridade, pois, as viúvas perfaziam 39,56% (235 chefas) do total de mulheres chefiando domicílios (Tabela 2). Diferentemente dos casos dos homens, entre as mulheres, as declaradas crioulas detinham alguma expressão numérica. Entre as solteiras livres, somavam 71 mulheres chefiando domicílios, o que correspondia à cifra de 11,95%, valor acima dos 10,94% de mulheres brancas, solteiras e livres. Todavia, os dados da Tabela 2 indicam que o acesso destas mulheres às uniões matrimoniais formalizadas era escasso. Enquanto entre as solteiras satisfaziam 12,29% (73 mulheres) de todas as mulheres chefes de domicílios, esta cifra decaía para 4,21% (25 mulheres) se considerarem-se as mulheres viúvas crioulas.

condição cativa destes dois chefes de domicílios: um homem solteiro, Luís, crioulo, 80 anos de idade, pintor, único indivíduo recenseado em seu domicílio no distrito de Nossa Senhora da Conceição do Turvo; e uma mulher viúva, Maria Inácia, parda, 40 anos de idade, cabeça da lista de um domicílio onde foram listados, além dela, mais quatro escravos, todos pardos com idade entre 10 e 20 anos.

³ Obviamente todos os chefes africanos eram libertos, todavia, quase metade deles, 22 do total de 48, foi declarada livre. Dentre estes 22 “africanos livres”, 15 eram homens casados e um foi listado solteiro. Já entre as mulheres, 5 eram solteiras e uma era viúva. Nas Tabela 1 e Tabela 2, todos estão incluídos nas colunas dos indivíduos forros.

⁴ Anota-se que estes percentuais foram calculados levando-se em consideração somente os domicílios chefiados por homens, ou seja, aqueles expostos na Tabela 1.

Sobre as mulheres solteiras, seus domicílios e a família no passado brasileiro, há vasta bibliografia sobre o tema. Sílvia Maria Jardim Brügger, em seu livro *Minas Patriarcal*⁵, introduz um debate que complexifica a reflexão sobre mulheres solteiras chefiando domicílios. Para Brügger, a relação consensual muitas vezes assumia os mesmos significados que uma relação sacramentada pela Igreja, ou seja, organizava a vida do indivíduo em torno dos sentidos privados da família, quais sejam: constituir o domicílio, gerar filhos e criar afetos.⁶ Grosso modo, o que a pesquisadora retoma em seu livro é a crítica da crítica ao modelo interpretativo patriarcalista.⁷ Na esteira interpretativa de Ronaldo Vainfas⁸ e Sheila de Castro Faria⁹, Brügger segue a linha analítica que destaca o patriarcalismo como traço distintivo da sociedade brasileira, pois, mesmo ausente em algumas estruturas familiares, esteve presente nas ideologias e mentalidades que fundiram nossa história.¹⁰

Uma possibilidade de explorar este universo – como forma de tangenciar a discussão acima mencionada – é buscar o número de crianças listadas naqueles 313 domicílios chefiados por mulheres solteiras. Nos dados presentes nas listas nominativas, constatou-se nestes domicílios, 53 mulheres (16,93%) com uma idade média de 49 anos, habitando domicílios nos quais somente elas foram recenseadas. Dos 260 domicílios restantes, em 156 (49,84%) havia crianças recenseadas¹¹ e em 104 (33,23%) somente adultos foram listados. Portanto, em quase metade dos casos, há forte indício de tratar-se de mulheres solteiras, porém, somente dentro dos parâmetros das normas legais que regiam o casamento formalizado. Pois, nas práticas e vivências cotidianas, uniões relativamente estáveis ditavam os anseios e as estratégias destas mulheres, configurando um universo muito particular da reprodução social.

Exemplo ilustrativo destas relações familiares em que estavam envolvidas mulheres solteiras surge na estrutura do domicílio chefiado por Maria Cipriana do Espírito Santo, uma mulher de parda de 48 anos de idade, solteira. Além dela, em seu domicílio estão listadas Graciana Rosa, 26, parda, casada, Ana Teodora, 20, parda, solteira e Maria, 1 ano de idade. Numa busca feita nos assentos de batismo, descobri que Maria, batizada no dia 17 de outubro de 1830, era filha natural de Ana Teodora.¹² Avançando a busca para o recenseamento produzido no ano de 1839, encontro Maria Cipriana, agora aos 60 anos de idade, ainda solteira e chefiando seu domicílio. Além dela, Ana Teodora, também solteira, e sua filha Maria, 10 anos de idade, foram listadas, e mais três crianças, Francisca, José Vidal e Teobalda, com idades de 7, 4 e um ano, respectivamente. Graciana estava ausente desta composição domiciliar, mas o seu lugar na lista, logo abaixo de Maria Cipriana, foi ocupado por José Antônio da Cunha, um homem pardo, 30 anos de idade, declarado viúvo, sapateiro e que sabia ler.

A simples presença deste homem é um primeiro indício de se tratar-se do companheiro de Ana Teodora. Porém, outras crianças nascidas entre os dois recenseamentos me levaram a acreditar no que seria somente indício e buscar confirmações. Estas, felizmente, foram encontradas no registro de batismo de Francisca, batizada no dia 30 de setembro de 1832 na capela de Santo

⁵ BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. *Minas patriarcal: família e sociedade* (São João del Rei - séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007.

⁶ Para esta discussão, ver especificamente o Capítulo 2 (Legitimidade, Casamento e Concubinato). BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. *Minas patriarcal...*p.65-132

⁷ Sobre esta crítica ao modelo patriarcalista, ver SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família*: São Paulo, século XIX. São Paulo: Marco Zero, 1989. Cf. especialmente a Introdução.

⁸ VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1989. p.108-112

⁹ FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p.45-48

¹⁰ Sobre este tema em sua obra, ver BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. *Minas patriarcal...*p.47-64

¹¹ Como idade limite para se delimitar esta amostra utilizou-se os 15 anos de idade. Portanto, estes 156 domicílios mencionados, eram domicílios chefiados por mulheres e nos quais foram listados indivíduos com idade de 15 anos ou menos.

¹² Arquivo da Cúria Eclesiástica de Mariana. Livros de Batismo – Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, Livro 11, folha 91.

Antônio do Calambau. Na ocasião, Francisca, filha natural de Ana Teodora foi apadrinhada por José Antônio da Cunha, “morador da freguesia da Pomba”.¹³ A partir destes dados, sugiro que Ana Teodora e José Antônio da Cunha, mantinham uma relação consensual já há alguns anos e ele, ao enviuvar-se, migrou para a freguesia do Piranga para viver próximo a sua companheira e filhos.

Por fim, outra busca pelos assentos de batismo sacramentados na localidade confirmaram que Graciana Rosa e Ana Teodora eram irmãs, nascidas em 1807 e 1811, respectivamente, filhas naturais de Maria Cipriana, a qual, nas ocasiões dos batismos, foi declarada parda forra.¹⁴ Assim, a partir da história destas mulheres podemos vislumbrar duas gerações, mãe e filha, que não contraíram matrimônio, mas que mantiveram relações consensuais, tecendo o cotidiano e as estratégias de reprodução social a partir de laços familiares. Por exemplo, no já mencionado batismo de Maria, primeira filha de Ana Teodora, a madrinha foi sua irmã, portanto, tia da batizando, Graciana Rosa, enquanto no batismo de Teobalda, sacramentado no dia 20 de março de 1837, a madrinha foi Maria Cipriana, avó materna da criança.¹⁵ Portanto, ainda que a documentação oficial e a norma religiosa não reconhecessem o casamento e, assim, a legitimidade desta família, no dia-a-dia destas mulheres a estrutura familiar pairou acima daquilo que é canonizado e ditou as estratégias da reprodução social.

Para fechar esta digressão sobre as mulheres solteiras e a família no passado brasileiro, devo reconhecer que o lugar assumido por José Antônio da Costa na estrutura domiciliar – acima de sua companheira e não abaixo das crianças, lugar reservado aos agregados – é indicativo de uma mentalidade patriarcal. E digo mais, desconfio que se José Antônio fosse morador da freguesia da Piranga há mais tempo, eventualmente, velho conhecido do juiz de paz e recenseador, talvez estivesse no lugar de Maria Cipriana, encabeçando a lista daquele domicílio.

Todavia, a lista nominativa foi um documento produzido por autoridades e não pela vasta maioria dos indivíduos recenseados. As informações contidas ali não são frutos da auto declaração. Assim, seguindo linhas interpretativas dispostas por autores que tem repensado o lugar e o papel das mulheres na formação da sociedade brasileira, pondero o peso do patriarcalismo à luz das estratégias familiares postas em prática por mulheres, especialmente africanas e afrodescendentes.

Sobre estas, Mariana Dantas, atenta às estratégias de mulheres africanas e suas atividades econômicas, demonstra a sua ativa participação e de suas descendentes no processo de transformação econômica averiguado em Minas Gerais na passagem do século XVIII para o XIX, as quais, através da pluralização das formas de inserção no mercado, não se concentraram somente em atividades têxteis ou comerciais, mas também na mineração e produção de alimentos.¹⁶ Douglas Cole Libby, por sua vez, reconstruiu minuciosamente sete gerações de uma família descendente de africanos escravizados, identificados como “mina” e trazidos para as Minas Gerais na década de 1740. Analisando a trajetória de vida da matriarca desta família, Libby demonstra como ela, atuando como “quitandeira”, conseguiu alcançar sua liberdade e de seus filhos, constituir um patrimônio que envolvia uma casa e alguns escravos, proporcionando novas oportunidades de ascensão social para seus descendentes.¹⁷

¹³ Arquivo da Cúria Eclesiástica de Mariana. Livros de Batismo – Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, Livro 11, folha 101v.

¹⁴ Arquivo da Cúria Eclesiástica de Mariana. Livros de Batismo – Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, Livro 8, folha 162v; Arquivo da Cúria Eclesiástica de Mariana. Livros de Batismo – Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, Livro 5, folha 40.

¹⁵ Arquivo da Cúria Eclesiástica de Mariana. Livros de Batismo – Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, Livro 11, folha 210.

¹⁶ DANTAS, Mariana L. R. Miners, Farmers, and Market People: Women of African Descent and the Colonial Economy in Minas Gerais. *African Economic History*, Volume 43, 2015, pp.82-108. Disponível em <https://muse.jhu.edu/article/610845>, acessado 13 de agosto de 2016.

¹⁷ LIBBY, Douglas C. Slave, Free, and Freedwomen. Succeeding Generations of Africans and Afro-descendants in Eighteenth and Nineteenth Century Minas Gerais. *African Economic History*, Volume 43, 2015, pp.109-135. Disponível em <https://muse.jhu.edu/article/610846>, acessado 13 de agosto de 2016.

Dantas e Libby, cruzando uma ampla diversidade de informações, brindam seus leitores com análises perspicazes sobre as estratégias pessoais, transitando entre a ênfase nessas e os seus significados no contexto social mais amplo. Assim, permitem a percepção da família, e não o seu patriarca ou o chefe de um domicílio, regendo as estruturas socioeconômicas e a reprodução da sociedade.

Inspirado pelas pesquisas de Libby e Dantas, prossegui em um exercício exploratório com os dados das listas nominativas, enfocando as mulheres crioulas, as quais, como já se demonstrou, correspondiam ao segundo grupo mais representativo dentre as mulheres solteiras chefiando domicílios (Tabela 2). Preocupado em compreender a relação destas mulheres com o casamento, constatei que 60 mulheres crioulas solteiras com idade acima dos 15 anos foram recenseadas logo abaixo do chefe do domicílio, lugar que geralmente era reservado as suas esposas.¹⁸ Destes 60 indivíduos chefiando seus domicílios, 44 eram mulheres e 16 homens, dos quais apenas um era casado. Outros 11 eram solteiros e 4 viúvos. Por fim, 5 destes homens eram brancos, 5 crioulos e 6 pardos, todos acima dos 50 anos de idade, com duas exceções (30 e 48 anos), o que gera uma média de 63 anos de idade deste homens chefiando domicílios, enquanto a idade média das mulheres crioulas solteiras, listadas logo abaixo do chefe, foi de 37 anos.

Este exercício certamente é superficial, um olhar que vasculhou de forma sorrateira uma população múltipla e complexa; todavia, corrobora com o que foi dito sobre o acesso das mulheres crioulas ao casamento. Por outro lado, os dados da Tabela 2 sugerem que a população feminina parda, a despeito das solteiras representarem o maior percentual entre as chefas de domicílios (27,27%), tinha um amplo acesso ao casamento, alcançando cifra superior às mulheres brancas dentre as viúvas.

Tabela 3 – Homens chefes de domicílio por estado matrimonial, condição e cor/origem. Vale do Rio Piranga, 1838-39

Estado	Casados			Solteiros			Viúvos		
	Escravos	Forros	Livres	Escravos	Forros	Livres	Escravos	Forros	Livres
Africanos	0	3	7	1	0	3	0	0	1
Branco	0	0	183	0	0	39	0	0	14
Crioulos	2	0	59	0	0	12	0	0	3
Pardos	0	3	198	1	1	56	0	0	15
SOMA	2	6	447	2	1	110	0	0	33

Fonte: Arquivo Público Mineiro. Listas nominativas de Habitantes.

Numa comparação destes dados com os coletados pelas listas nominativas de 1838-39, percebem-se algumas significativas distinções na proporção destes perfis de chefes domiciliares, as quais insinuam as transformações pelas quais aquela sociedade estava sujeita. Um primeiro aspecto que salta aos olhos é a diminuição significativa do percentual de homens casados chefiando domicílios. Enquanto em 1831 eram 57,28% do total recenseado, em 1839, esta cifra foi de 48,25%, com queda expressiva do peso dos homens brancos livres (Tabela 3).

Dentre os homens, os brancos e livres, em 1831 eram 36,05% (Tabela 1), já em 1839, foram 30,45% dos chefes homens recenseados, enquanto a variação dos chefes pardos e livres foi praticamente nula (Tabela 3). Talvez estes dados sejam consequência dos tão desconhecidos fluxos migratórios: muitos homens estavam deixando a região e migrando para o vale do Rio Paraíba, região que estava prestes a alcançar o auge da produção cafeeira na segunda metade do século XIX.

¹⁸ Elegeram-se os 15 anos de idade por tratar-se da idade que geralmente se utiliza para mensurar a entrada dos indivíduos no mercado matrimonial e ser próxima aos 18,3 anos de idade média das mulheres solteiras, com alguma cor declarada, ao contrair matrimônio, constatada por mim em outro estudo sobre a mesma região. Ver ANDRADE, M. R. *Compadrio e família em zona de fronteira agrícola: as redes sociais da elite escravista, freguesia de Guarapiranga (c1760-c1850)*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2014. p.49

Queda percentual de um lado é significado de aumento no outro. Se entre os homens, houve diminuição dos brancos, casados e livres, entre os declarados crioulos, ainda que pequena, detectou-se uma variação de 6,72% em 1831 (Tabela 1), para 9,82% em 1839 (Tabela 3). Quando considerados os homens solteiros, o aumento entre os dois recenseamentos é de 2,44%, destacando-se o aumento percentual dos homens pardos, os quais, em 1831 eram 6,01% dos homens chefiando domicílios (Tabela 1) e em 1839, correspondiam a 9,32% dentre os homens chefes de domicílio (Tabela 3).

Antes de inspirar estudos sobre a mobilidade e ascensão social alcançada por estes indivíduos, acredita-se que estes dados demonstram as limitações que a migração impunha a esta população. Posto de outro modo: a fronteira e os fluxos migratórios eram acessíveis às camadas masculinas e brancas, na maioria dos casos, homens com algumas posses. Entretanto, não é de se descartar as estratégias delineadas e as trajetórias destes indivíduos na base da hierarquia social dos livres, indicativas das tramas relacionais nas quais estavam imersos e que determinavam o seu lugar social. Todavia, antes da euforia das mobilidades, há de se encarar a efetividade do escravismo, qual seja, impor limites à população descendente do cativo.

Tabela 4 – Mulheres chefas de domicílio por estado matrimonial, condição e cor/origem. Vale do Rio Piranga, 1838-39

Estado	Casados			Solteiros			Viúvos		
	Escravos	Forros	Livres	Escravos	Forros	Livres	Escravos	Forros	Livres
Africanos	0	0	1	0	0	4	0	1	2
Brancos	0	0	7	0	0	28	0	0	53
Crioulos	0	0	10	0	1	50	0	2	24
Pardos	0	1	11	0	6	83	0	0	58
SOMA	0	1	29	0	7	165	0	3	137

Fonte: Arquivo Público Mineiro. Listas nominativas de Habitantes. Legenda: (*) Estes percentuais correspondem sobre o total de domicílios recenseados.

Ao se analisar os números da população feminina, destaca-se o aumento de 15,71% em 1831 (Tabela 2) para a cifra de 18,24% em 1839 (Tabela 4) de mulheres chefiando domicílios. Assim, como no caso dos homens chefes de domicílios, as mulheres crioulas também vivenciaram o maior aumento dentro desta população. Se em 1831 eram 17,51% de todas as mulheres chefiando domicílios (Tabela 2), em 1839 este percentual foi de 25,44% (Tabela 4). Por sua vez, as brancas decaíram de 28,96% para 25,73% entre as duas listas, já as pardas variaram na casa dos 4,69% – 51,18% em 1831 e 46,49% em 1839.

Estas constatações exigem outra ordem de interpretação, pois não serve a explicação do impacto migratório, aceitável para o contingente masculino de uma determinada população. Desta forma, retoma-se argumento proposto por Tarcísio Rodrigues Botelho¹⁹, pesquisador atento à produção censitária no contexto em que se consolidava o Estado no século XIX e que chama a atenção para as categorias que definiam as hierarquias e o lugar dos indivíduos de cor no projeto de nação gestado pela elite imperial. Não obstante o aumento de mulheres crioulas chefiando domicílios ser indicativo da ascensão social por elas alcançada, aventa-se que estas variações também tenham relação com o maior cuidado em discriminar os indivíduos segundo cor/origem e condição.²⁰ Por exemplo, entre as mulheres pardas solteiras detectou-se um aumento no percentual das libertas (Tabela 2 e Tabela 4)

¹⁹ BOTELHO, Tarcísio R. *População e nação no Brasil do século XIX...*; BOTELHO, Tarcísio R. *Categorias de diferenças...*

²⁰ Esta hipótese também se baseia na percepção que, enquanto em 1831, os cativos oriundos do continente africano eram todos discriminados pelas cor/origem “africano ou preto”, em 1839, ainda que estas designações persistissem, notou-se a distinção de origens como Angola, Congo, Benguela etc.

Por se tratar de uma sociedade matizada pela cor, na qual a escravidão prevalecia como norma estruturante, se faz necessário conhecer as distintas formas de acesso à força de trabalho escravo. Em outras palavras, o grau de inserção de cada um destes grupos populacionais ao universo dos senhores de escravos e dos livres não proprietários, podendo-se detectar os constrangimentos e restrições que a condição social do indivíduo impunham.

Tabela 5 – População segundo cor/origem e condição, Vale do Rio Piranga, 1831

Cor/origem	Livres e libertos				Escravos	
	Proprietários**		Não proprietários*		nº	%
	nº	%	nº	%		
Africanos	114	3,22	121	2,34	1705	39,22
Branços	2179	61,64	1044	20,17	-	-
Crioulos	188	5,32	815	15,75	2122	48,82
Pardos	1054	29,82	3196	61,75	520	11,96
TOTAL	3535	100,00	5176	100,00	4347	100,00

Fonte: Arquivo Público Mineiro. Listas nominativas de Habitantes. Legenda: (**) Indivíduos livres listados nos domicílios com alguma posse escrava. (*) Indivíduos livres listados nos domicílios sem cativos.

Tabela 6 – População segundo cor/origem e condição, Vale do Rio Piranga, 1839

Cor/origem	Livres e libertos				Escravos	
	Proprietários**		Não proprietários*		nº	%
	nº	%	nº	%		
Africanos	12	0,80	44	1,65	827	36,80
Branços	1030	68,58	393	14,77	-	-
Crioulos	42	2,80	571	21,46	1107	49,27
Pardos	418	27,83	1653	62,12	313	13,93
TOTAL	1502	100,00	2661	100,00	2247	100,00

Fonte: Arquivo Público Mineiro. Listas nominativas de Habitantes. Legenda: (**) Indivíduos livres listados nos domicílios com alguma posse escrava. (*) Indivíduos livres listados nos domicílios sem cativos.

Em vista dos dados apresentados na Tabela 5 e Tabela 6, uma primeira distinção que destaco é referente à população recenseada nos domicílios com alguma posse escrava (“Proprietários”): à exceção da população declarada branca, todas as outras ‘cor/origem’ vivenciaram diminuição em seu valor percentual. Por outro lado, praticamente na mesma razão que aumentaram os brancos entre os proprietários, diminuíram entre os não proprietários: enquanto perfizeram 20,17% em 1831, em 1839 foram 14,77%. Estas informações apontam para uma sociedade matizada pela cor da pele, na qual, num período em que se redefiniam as normas e se construía o Estado nacional, instituía-se o lugar de privilégio, a partir do controle sobre a mão-de-obra, do elemento branco, colocando em curso um processo em que novas hierarquias reiteravam as distinções e, assim, perenizavam as desigualdades a partir da exacerbação das diferenças.

Todavia, não posso deixar de mencionar que muitos trabalhos já apresentaram trajetórias de indivíduos que transitavam entre estas categorias das diferenças, o que é apresentado como sintomático das flexíveis hierarquias de cor/origem.²¹ No entanto, este artigo tem como ponto de partida os postulados de Sílvia Lara²² e Douglas Libby²³, autores que, sem descartarem a “cor”

²¹ Um bom ponto de partida para esta discussão é o trabalho de Roberto Guedes, no qual demonstra como as “cores” eram qualitativos que representavam o lugar social do indivíduo, aspecto detectado pelo pesquisador a partir da análise de trajetórias de pessoas que mudavam de cor quando ascendiam socialmente, adquirindo um novo ofício. Ver GUEDES, Roberto. *Egressos do Cativo*: trabalho, família, aliança e mobilidade social: (Porto Feliz, São Paulo, c.1798-c.1850). Rio de Janeiro: Mauad X, FAPERJ, 2008, especialmente o capítulo 2, p.69-125.

²² LARA, Sílvia Hunold. *Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007

como lugares sociais, demonstraram que estas denotavam identidades e, em tese, remontam à gênese de um processo de racialização da sociedade brasileira. Deste modo, assinala-se que durante a década de 1830 a sociedade piranguense (e mineira) se reconfigurava pelo enrijecimento do que significava ser branco, o que ecoava nas outras camadas da população. Por fim, estas constatações reforçam a tese que havia um projeto da elite branca e proprietária em afirmar o seu lugar social e o controle sobre os direcionamentos políticos e econômicos.²⁴

Para lançar luz sobre estas questões é imperativo balizar informações sobre a posse de cativos no vale do Rio Piranga. Um primeiro exercício exploratório que se propõe é sobre a relação de escravos por domicílio escravista segundo o sexo e a cor/origem dos proprietários, conforme dados expostos nas Tabela 7 e Tabela 8. Um primeiro aspecto que salta aos olhos é o aumento do número percentual de chefes brancos proprietários de escravos entre os dois recenseamentos. Em 1831, homens e mulheres brancos eram 72,28% de todos os escravistas (Tabela 7), e em 1839 eram 74,68% do total (Tabela 8), enquanto o percentual de cativos em posse desta população subiu dos 85,12% (Tabela 7) aos 87,36% (Tabela 8).

Tabela 7 – Escravos por domicílio escravista e percentuais de domicílios e escravos segundo sexo e cor/origem dos chefes de domicílios. Vale do Rio Piranga, 1831-32

	Africanos		Brancos		Crioulos		Pardos									
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres								
	(a)	(b)	(a)	(b)	(a)	(b)	(a)	(b)								
	1	3	1	1	397	2857	109	843	7	10	6	8	118	359	61	266
X	3,00	1,00	7,20	7,73	1,43	1,33	3,04	4,36								
Y	0,14%	0,14%	56,71%	15,57%	1,00%	0,86%	16,86%	8,71%								
Z	0,07%	0,02%	65,72%	19,39%	0,23%	0,18%	8,26%	6,12%								

Fonte: Arquivo Público Mineiro. Listas nominativas de Habitantes. Legenda: (a) Domicílios; (b) Escravos; (X) Escravos por domicílio; (Y) Percentual de chefes de domicílios sobre o total de domicílios escravistas; (Z) Percentual de escravos.

Tabela 8 – Escravos por domicílio escravista e percentuais de domicílios e escravos segundo sexo e cor/origem dos chefes de domicílios. Vale do Rio Piranga, 1838-39

	Africanos		Brancos		Crioulos		Pardos									
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres								
	(a)	(b)	(a)	(b)	(a)	(b)	(a)	(b)								
	1	1	0	0	160	1331	70	632	3	13	2	4	47	194	25	72
X	1,00	0,00	8,32	9,03	4,33	2,00	4,13	2,88								
Y	0,32%	0,00%	51,95%	22,73%	0,97%	0,65%	15,26%	8,12%								
Z	0,04%	0,00%	59,23%	28,13%	0,58%	0,18%	8,63%	3,20%								

Fonte: Arquivo Público Mineiro. Listas nominativas de Habitantes. Legenda: (a) Domicílios; (b) Escravos; (X) Escravos por domicílio; (Y) Percentual de domicílios sobre o total de domicílios escravistas; (Z) Percentual de escravos.

Entre a população parda, o que se detectou foi a diminuição dos 25,57% em 1831 para 23,38% em 1839, deixando de serem proprietários de 14,38% do total de escravos para se tornarem proprietários de 11,83% (Tabela 7 e Tabela 8). Entretanto, não pode passar despercebido o aumento na razão escravos por domicílio entre os homens pardos (3,04 em 1831 e 4,13 em 1839), sendo averiguada, inclusive, uma ligeira ampliação percentual dos escravos em propriedade destes homens (8,26% para 8,63%). Estes dados indicam uma parcela da população que merece atenção

²³ LIBBY, Douglas Cole. A Culture of Colors: Representational Identities and Afro-Brazilians in Eighteenth- and Nineteenth-Century Minas Gerais. *Luso-Brazilian Review*, v. 50, p. 26-53, 2013

²⁴ Para uma discussão aprofundada sobre este tema, ver MALERBA, Jurandir. *Os brancos da Lei: liberalismo, escravidão e mentalidade patriarcal no Império do Brasil*. Maringá: EDUEM, 1994, especialmente o Capítulo 2, “O precedente da diferença”.

especial para se compreender as estratégias sociais e as tramas que envolviam as mobilidades e a ascensão social naquela sociedade.

Interessante trajetória é a de Manoel Simão de Oliveira, homem pardo, tropeiro, listado com a condição de livre aos 40 anos de idade no ano de 1831. Em seu domicílio, além dos dois filhos, Manoel e Cassiano, 10 e 8 anos, respectivamente, são arrolados dois escravos africanos, José e Domingos, com idades de 19 e 14 anos, ambos ocupados com a tropa de Manoel. Manoel Simão não é encontrado numa busca por este indivíduo em período anterior ao recenseamento de 1831, feita em registros de batismo sacramentados em capelas e igrejas da região. Assim, sendo ele tropeiro, um homem em constante trânsito, estima-se que havia se estabelecido naquelas paragens há pouco tempo.

No mesmo quarteirão, na lista de 1831, Angélica Maria da Conceição, 41 anos de idade, parda, solteira e quitandeira, é listada chefe de seu domicílio e proprietária de Maria, africana, 19 anos de idade, solteira. Em 1839, Manoel e Angélica estão casados, ambos pardos com 48 anos de idade. Ele agora é negociante e ela ainda é recenseada como quitandeira. Os dois filhos de Manoel ainda moram com o pai e além deles um filho de Angélica também é recenseado, José Pereira Pontes, 20 anos, pardo e alfaiate. Além dos escravos que já possuíam em 1831, Manoel e Angélica, conjuntamente adquiriram mais três: Ana Crioula, 39 anos de idade, Rosa Congo, 22 anos de idade e Manoel Congo, 12 anos de idade. Tem-se nesta trajetória um claro exemplo em que pequenos proprietários, através do matrimônio e do desenvolvimento de rentáveis atividades comerciais, acumularam algum pecúlio que possibilitou dobrar o seu efetivo escravo.

Por fim, um aspecto específico que chamou atenção na trajetória deste casal foi a alta taxa de africanização de suas posses, constatando-se que dos 6 escravos, 5 eram oriundos do continente africano. Obviamente há relação direta com a atividade desenvolvida por Manoel Simão, pois, sendo ele tropeiro, pode ter se envolvido com o tráfico interprovincial de cativos para a região do Vale do Rio Piranga e, conseqüentemente, se valido deste trato para ele mesmo adquirir seus cativos e desenvolver o seu negócio. Finalmente, se impõe a questão do tráfico de escravos para a região como elemento explicativo das dinâmicas sociais e econômicas que se transformavam na primeira metade do século XIX.

O Vale do Rio Piranga e o tráfico de escravos africanos

Com a descoberta do ouro no final do século XVII, Minas Gerais vivenciou um intenso povoamento associado à interiorização da América Portuguesa, o que redefiniu os direcionamentos políticos e administrativos da obra colonizadora.²⁵ Invariavelmente, todo este processo deu-se aliado ao reforço das bases escravistas de exploração da mão-de-obra, o que dava continuidade a traços característicos da colonização das Américas e ao mesmo tempo remodelava hierarquias.²⁶

Como muitos trabalhos já demonstraram, a descoberta do ouro causou um *boom* no tráfico atlântico de escravos, intensificando as trocas entre América portuguesa, costa da África e Lisboa, mas, também, os trânsitos de gentes e mercadorias inter-regionais.²⁷ A despeito dos avanços que

²⁵ Para uma discussão ampliada sobre a descoberta das minas e as peculiaridades sociais, econômicas e políticas, Ver IGLÉSIAS, Francisco. Minas e a imposição do Estado no Brasil. In: *Revista de História*, São Paulo, (1), 100, 1974; HOLANDA, Sérgio Buarque de. Metais e pedras preciosas. In: _____. *História da Civilização Brasileira*; à época colonial. 6ª. ed. São Paulo: Difel, 1985. Tomo I, vol.2. p.259-310

²⁶ SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1986; SOUZA, Laura de Mello e. *Nobreza de Sangue e Nobreza de Costume: Ideias sobre a Sociedade de Minas Gerais no Século XVIII*. In: _____. *O Sol e a Sombra: Política e administração na América Portuguesa do Século XVIII*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2006.

²⁷ CURTIN, Philip. *The Atlantic slave trade: a census*. Madison: University of Wisconsin Press, 1969; FRAGOSO, João Luís, FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia*. Rio de Janeiro, c.1790-c.1840. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001; FLORENTINO, Manolo; RIBEIRO, Alexandre V.; SILVA, Daniel D. Aspectos comparativos do tráfico de africanos para o Brasil (séculos XVIII e XIX). *Afro-Ásia*, nº 31, 2004, p.83-126; ELTIS, David; RICHARDSON, David. Os mercados de escravos africanos recém-chegados às Américas: padrões de preços, 1673-1865. *Topoi*, Rio de Janeiro, março 2003, p. 9-46.

estudos sobre o tráfico de escravos para as Américas têm vivenciado nas últimas décadas, muito pouco se sabe sobre o tráfico interno, questões caras à historiografia ainda permanecem em suspenso e antigos problemas de pesquisa sempre voltam à tona. No caso da historiografia sobre Minas Gerais, cristalizaram-se discussões sobre o “vasto plantel mineiro”, o peso do mercado interno e do tráfico de escravos para o desenvolvimento econômico da região. Não tenho a intenção de resolver os principais problemas históricos que envolvem estas temáticas, mas, ao lançar luz sobre especificidades regionais, objetivo estimular novas reflexões e, quem sabe, reativar a discussão que nos anos 1980 rendeu bons frutos à compreensão da economia e sociedade mineira.²⁸

Não restam dúvidas que Minas Gerais ao longo do século XIX dinamizou sua economia e venceu as imposições da decadência da extração aurífera e, por isso, esta discussão não entra em pauta neste artigo. Da mesma forma, não se adentrará ao ciclo vicioso sobre a produção integrada ao mercado e as demandas de exportação, ainda que as perspectivas de Roberto Martins e Robert Slenes sejam análogas a este artigo. Inspirado em minucioso trabalho desenvolvido por Carlos Malaquias, pesquisador que estudou a freguesia de São José do Rio das Mortes, preocupado em compreender como a escravidão se sustentou em meio à crise da produção aurífera na passagem do século XVIII para o XIX²⁹, este artigo se pautará em compreender as dinâmicas internas das posses de cativos e suas relações com o tráfico.

Desta forma, a distribuição dos cativos africanos segundo o tamanho das posses e a relação entre a ocupação do proprietário com o número de escravos e a taxa de africanização, serão objetos de atenção especial. Assim, supõe-se ter levantado informações suficientes para ponderar a complexidade de uma economia que se transformava pela ruralização das pequenas propriedades agrícolas, mas também, pela ampliação dos setores proto-industriais³⁰, ambas as atividades amparadas pelo tráfico de escravos africanos crescente nas primeiras décadas do século XIX.

Tabela 9 – Razão de sexos da população escrava segundo cor/origem. Vale do Rio Piranga, 1831-32

Cor/Origem	Africanos		Crioulos		Pardos	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Sexo						
nº de escravos	1348	357	1090	1032	279	241
Razão de sexos	377,59		105,62		115,77	

Fonte: Arquivo Público Mineiro. Listas nominativas de Habitantes.

Tabela 10 – Razão de sexos da população escrava segundo cor/origem. Vale do Rio Piranga, 1838-39

Cor/Origem	Africanos		Crioulos		Pardos	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Sexo						
nº de escravos	624	203	588	519	154	159
Razão de sexos	307,39		113,29		96,86	

Fonte: Arquivo Público Mineiro. Listas nominativas de Habitantes.

A região do vale do Rio Piranga não foi uma região proeminente no desenvolvimento das atividades mineradoras ou agroexportadoras. Grosso modo, foi um espaço que desde os primórdios da ocupação das minas esteve no meio termo entre estes dois setores da economia. Ainda assim, os números do sistema escravista que se configurou são de chamar atenção, pois, em análise feita nos

²⁸ LINHARES, Maria Yedda Leite. *O Brasil no século XVIII e a idade do ouro*: a propósito da problemática da decadência. In: Seminário sobre a cultura mineira no período colonial. Belo Horizonte, Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais, 1979; LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação*. São Paulo: Símbolo, 1979; MARTINS, Roberto Borges. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX...*; MARTINS, Roberto Borges. Minas Gerais no século XIX...; LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho...*; SLENES, Robert. Os múltiplos de porcos e diamantes...

²⁹ MALAQUIAS, Carlos de Oliveira. *Remediados senhores*: pequenos escravistas na freguesia de São José do Rio das Mortes, c.1790 c.1844. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-graduação em História, Belo Horizonte, MG, 2014.

³⁰ LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista...*

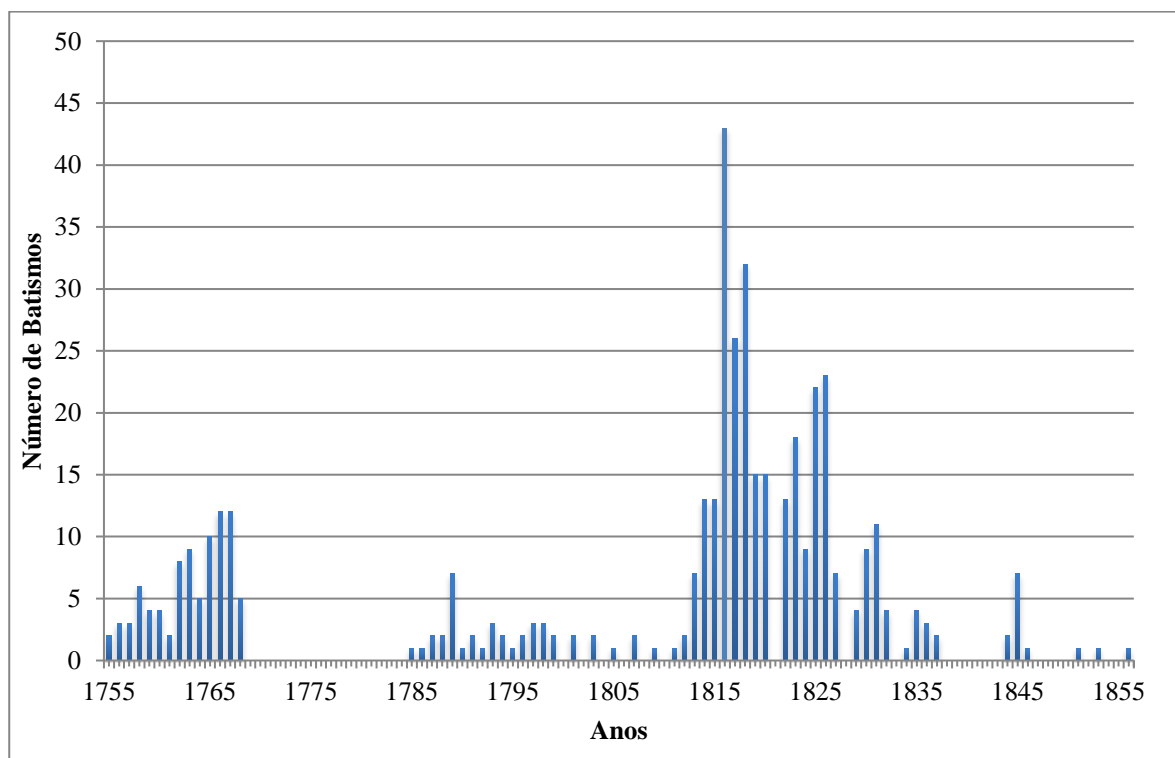
dois recenseamentos da década de 1830, detectou-se uma razão de sexos dos escravos africanos numa cifra que ultrapassava os 300 homens para cada 100 mulheres, indicativo do peso do tráfico de escravos na estrutura demográfica da região (Tabela 9 e Tabela 10).

Outra forma utilizada para se depurar o tráfico de escravos para a região foi através da busca de escravos africanos nos registros de batismo sacramentados nas capelas e igrejas da região. Apesar de se reconhecer que há um grande índice de subregistros – pois só estão listados os escravos que foram batizados naquelas capelas ou igrejas específicas e muitos já eram batizados nos locais onde aportaram na América Portuguesa, ou ainda, em outras localidades que tivessem passado e permanecido durante o trajeto até as minas –, ainda assim, lançou-se mão destes dados como apontamentos periódicos da presença do tráfico de escravos para o vale do Rio Piranga.

Não é tarefa fácil rastrear os batizados do tráfico atlântico de escravos nos registros de batismos. Os párocos não tinham o dever e nunca tiveram o cuidado em assinalar tratar-se de indivíduos recém-chegados à região, assim, recorreu-se a metodologia que pudesse indicar quais seriam os batizando advindos do tráfico atlântico de escravos. O primeiro grupo identificado foram os indivíduos escravos, adultos, sem o nome dos pais no assento de batismo e de origem africana. Neste grupo, foi identificada a imensa maioria dos indivíduos traficados para a região e lá batizados: 385 do total de 436 entre os anos de 1755 e 1856.

O segundo grupo corresponde aos indivíduos adultos, sem condição declarada, mas, com a origem africana discriminada. Neste rol, dos 6 assentos identificados, em somente um foi transcrito o nome do proprietário, em outros 2, os padrinhos também eram escravos e supõe-se que seus proprietários também eram proprietários do batizando. De toda forma, estes 6 batismos demonstram o total descuido de alguns párocos com as normas estabelecidas pela Igreja para a feitura dos registros paroquiais.

Gráfico 1 – Batismos de escravos africanos advindos do tráfico transatlântico, vale do Rio Piranga, 1755 – 1856



Fonte:

Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. Livros de Batismos, freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga.

Um terceiro grupo, no qual estão 36 indivíduos, refere-se a pessoas com origem africana, declarados escravos, todavia, sem a idade (se adultos ou crianças) discriminada e sem o nome dos

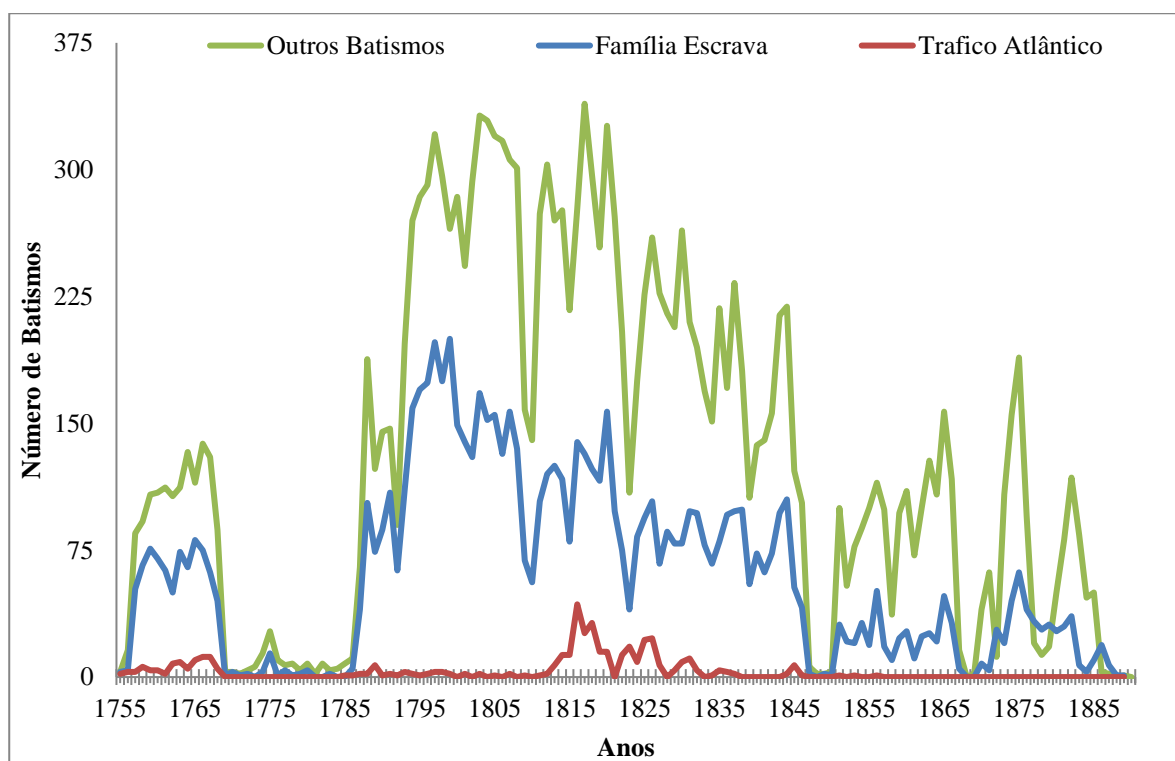
pais. Desta forma, supõe-se tratar de crianças oriundas do tráfico transatlântico ou de mais alguns casos em que o pároco não se deu ao trabalho de informar a idade do batizando. Por fim, o último grupo são aqueles assentos mais difíceis de decifrar: nove indivíduos foram batizados, declarados de origem africana, mas, sem qualquer outra indicação sobre idade e condição.

No total, todos estes grupos indicam 436 indivíduos batizados na região do vale do Rio Piranga entre os anos de 1755 e 1856, número muito pequeno, principalmente se levar-se em consideração os 1705 e 827 cativos africanos recenseados em 1831 e 1839, respectivamente. Todavia, a série destes dados dá importantes indicações dos fluxos do tráfico de escravos africanos para a região. As informações contidas no Gráfico 1, por exemplo, estão inter-relacionadas ao grande aporte de africanos na América Portuguesa em finais do século XVIII e ao longo das primeiras décadas do século XIX, período em que este comércio conheceu o seu auge.³¹ Por último, cabe salientar, faz todo o sentido averiguar a chegada de cativos africanos nas décadas iniciais do século XIX, pois além de demonstrarem a integração da região em foco ao contexto mais amplo da economia colonial tardia e as transformações pelas quais passavam aquela sociedade, justificam a alta presença de cativos africanos detectada nos censos da década de 1830 (Tabela 9 e Tabela 10).

A despeito da grande lacuna percebida entre os anos de 1769 e 1784, o que pode ser sugestivo de período em que o tráfico esteve em baixa para a região, primordialmente, ela é consequência de quebra na série documental. Todavia, quando se busca outros assentos de batismos, como daqueles indivíduos nascidos em cativo e todos os outros nascidos livres, vê-se que logo após o ano de 1784 era expressiva a presença escrava na região, o que demonstra que, naquele período lacunar, a escravidão continuou vigorando como norma na região, inclusive importando muito escravos, pois, como se pode ver pelo Gráfico 2, na década de 1790 a família escrava alcançou suas maiores taxas de batismo proporcionais.

Gráfico 2 – Batismos sacramentados, vale do Rio Piranga, 1755-1885

³¹ O tema do tráfico de escravos africanos para o Brasil possui bases relativamente sólidas e assentadas na historiografia brasileira. Uma ampliada discussão sobre o tema por ser obtida em FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico negreiro de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Editora Unesp, 2014 e FRAGOSO, João. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na Praça Mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. 2. ed., rev. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. Especificamente sobre Minas Gerais, Júnia Ferreira Furtado demonstrou que no Distrito Diamantino os batismos de escravos adultos não oferecem um bom pano de fundo para se estimar os níveis do tráfico de escravos para a região, o que é um importante contraponto aos procedimentos por mim operacionalizados neste artigo (ver FURTADO, Júnia F. Quem nasce, quem chega: o mundo dos escravos no Distrito Diamantino e no arraial do Tejuco. In: FURTADO, Júnia Ferreira; LIBBY, Douglas Cole. (Org.). *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX*. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2006. p. 223-250). Finalmente, Douglas Cole Libby, em trabalho preocupado em analisar e cruzar informações de diversas localidades mineiras, ao não encontrar dados sobre batismos de escravos adultos em paróquias como São José do Rio das Mortes, São João del-Rei, Catas Altas, Ouro Preto e Santa Luzia após a década de 1820, chega a trabalhar com a hipótese que a Lei de 7 de novembro de 1831, primeira lei que proibia o tráfico negreiro para o Brasil, teria encerrado o tráfico atlântico para Minas Gerais, o que reordenou a estrutura da família escrava ao abrir a porta para a reprodução natural (ver LIBBY, D. C. O tráfico negreiro internacional e a demografia escrava nas Minas Gerais: um século e meio de oscilações. In: FURTADO, Júnia F. (Org.). *Sons, formas, cores e movimentos na modernidade atlântica: Europa, Américas e África*. São Paulo e Belo Horizonte: Annablume e FAPEMIG/PPGH-UFGM, 2008. p. 457-479). A este respeito, ao detectar que o tráfico de escravos ainda estruturava a demografia escrava na região em foco, mesmo após a Lei de 1831, busco apresentar as complexas interseções entre tráfico atlântico e sociedade escravista, permitindo, assim, novas reflexões sobre o papel da escravidão em delimitar os contornos da sociedade que se configurou nas minas oitocentistas.



Fonte:

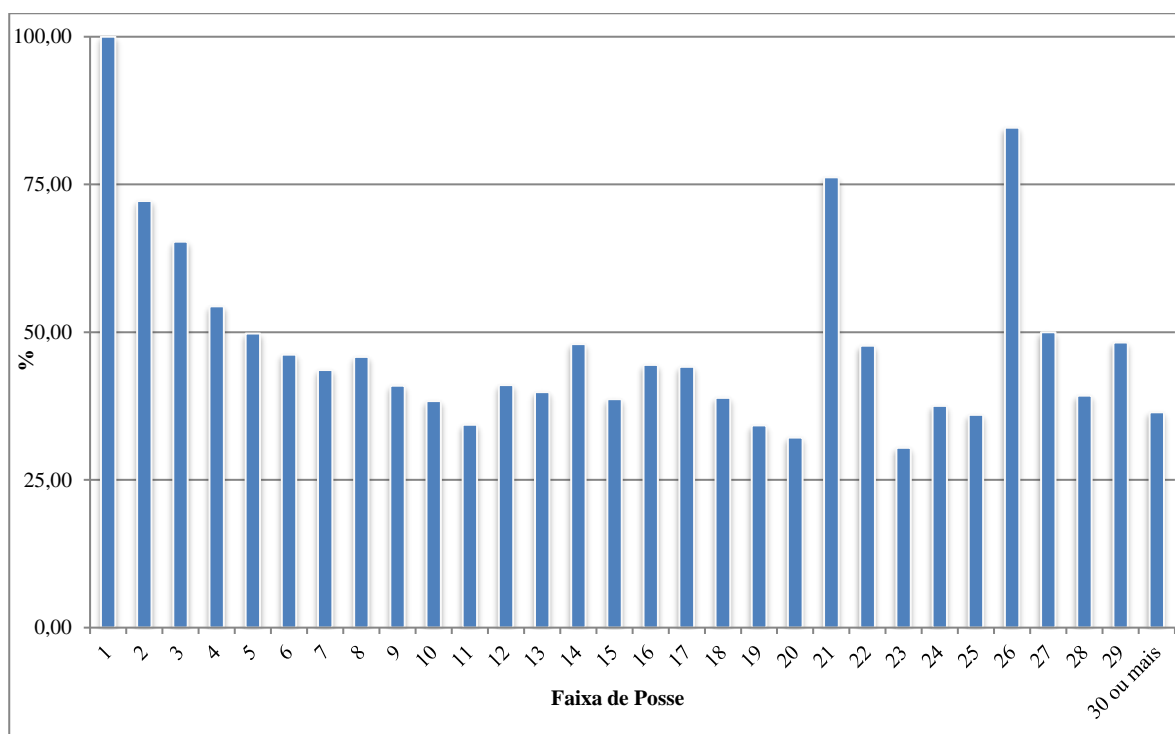
Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. Livros de Batismos, freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga.

Através dos dados apresentados nos Gráfico 1 e Gráfico 2, não há dúvidas que a escravidão teve grande importância naquela sociedade. Entretanto, retomam-se as informações contidas nas listas nominativas da década de 1830 e busca-se compreender como esta instituição se solidificou naquela sociedade no contexto de transformação da economia e reordenamento das hierarquias sociais como se vem argumentando. Além da elevada razão de sexos como indicativo da presença do tráfico de escravos modelando a estrutura demográfica e econômica daquela região, análises em cima das listas nominativas demonstram como era difundida a posse de cativos africanos entre os proprietários da região: dentre todos os efetivos escravos, quase 70% tinha pelo menos um cativo africano.³²

Das 485 posses com algum escravo africano recenseadas no ano de 1831, 85 delas eram posses de somente um cativo, portanto, num cálculo muito simples, são as posses mais africanizadas, igualadas a outras posses de maior efetivo que tiveram 100% de cativos africanos. Todavia representam muito pouco do total de proprietários. Assim, buscou-se a taxa de africanização para cada faixa de posse, conforme destacado no Gráfico 3.

Gráfico 3– Percentual médio da taxa de africanização das posses com algum escravo africano, Vale do Rio Piranga, 1831-32

³² Para o ano de 1831, constatei que dentre os 700 domicílios com alguma posse escrava, recenseados no ano de 1831, em 485 casos (69,29%) pelo menos um escravo africano foi arrolado nestas posses. Enquanto isso, em 1839, em 212 domicílios, do total de 308 com escravos listados, ou seja, 68,83% dos casos, pelo menos um cativo africano estava presente.



Fonte:

Arquivo Público Mineiro. Listas nominativas de Habitantes

Era esperado um alto grau de africanização entre as grandes posses, pois, como demonstrei, hipoteticamente, são aquelas com maior capacidade de manter os níveis produtivos em contextos de crise e, ao acumular algum capital, reinvesti-lo em sua capacidade reprodutiva, logo, na compra de escravos do crescente tráfico transatlântico. Todavia, o que se averigua no Gráfico 3 são as maiores taxas de africanos nas posses pequenas ou médias. Tal constatação não chega a subverter as prerrogativas apresentadas no início deste artigo – a saber, que um processo de concentração de capital e acentuação das desigualdades empurrava muitos para fora do mundo dos senhores de escravos redefinindo os significados do que era ser proprietário – pois, conforme já destacou Roberto Martins, a economia mineira do oitocentos foi marcada pelo apego à escravidão, ou seja, gestada por uma população livre que, antes de ceder a tornar-se empregado de outrem, preferia persistir na busca por ensenhorear-se.³³

Assim, à luz dos dados até agora apresentados, sugere-se que muitas destas pequenas posses, altamente africanizadas, refletem a estratégia que muitos indivíduos livres e libertos lançaram mão naquele contexto de reordenamento econômico e social: tornar-se senhor de escravos. Qual o caminho mais curto para este objetivo? Tráfico transatlântico!

As pequenas posses africanizadas

Entretanto, ainda assim, estes dados exigem um olhar mais apurado à composição demográfica daquela sociedade em busca de explicações mais consistentes. Desta forma, buscou-se a estrutura ocupacional com o objetivo de conhecer em quais setores da economia estavam inseridos os proprietários de 1 a 4 escravos, dentre os quais, 69,18% das escravarias eram de origem africana, cifra muito superior à encontrada para as outras faixas de posse, conforme demonstrado na Tabela 11.

Tabela 11– Percentual de africanização por faixa de posse entre as posses com algum cativo africano, vale do Rio Piranga, 1831-32

Faixas de Posse	Cativos Africanos	Total de escravos	% Africanos
1 a 4	348	503	69,18%

³³ MARTINS, Roberto Borges. Minas Gerais no século XIX...

5 a 9	396	870	45,52%
10 a 14	271	676	40,09%
15 a 19	169	419	40,33%
20 a 24	163	384	42,45%
25 a 29	83	162	51,23%
30 ou mais	275	755	36,42%
TOTAL	1705	3769	45,24%

Fonte: Arquivo Público Mineiro. Listas nominativas de Habitantes

Dentre os 229 chefes de domicílios com posses africanizadas entre 1 e 4 escravos, em 185 casos a ocupação foi declarada, ao passo que dentre outros indivíduos livres recenseados, do total de 855 casos, em somente 164 a ocupação do indivíduo foi discriminada. Todavia, este total decresce para 568 casos, se levarmos em consideração somente a população com 10 anos ou mais.³⁴ Por último, entre os cativos, 130 do total de 503 tiveram suas ocupações assumidas. Assim, do total de 1587 indivíduos, entre livres, libertos e escravos, recenseados nestes domicílios de pequenas posses, em 479 casos a atividade econômica desenvolvida foi declarada. Ainda que sejam expressivas as taxas de ocupações omitidas, não se abriu mão desta estratégia metodológica, pois estas informações servem como uma amostra das estruturas e estratégias econômicas.

Como já era esperado, ampla maioria destes pequenos proprietários era do setor da agricultura. Provavelmente muitos deles, roceiros, viviam de suas pequenas produções, tanto para o autoconsumo quanto para suprir algum nível de mercantilização da economia agrícola da região, que tinha como principal produto a cana-de-açúcar. Desta forma, supõe-se que alguns destes pequenos proprietários, eram produtores desta gramínea em consórcio com os senhores de engenho que viviam nas proximidades.³⁵

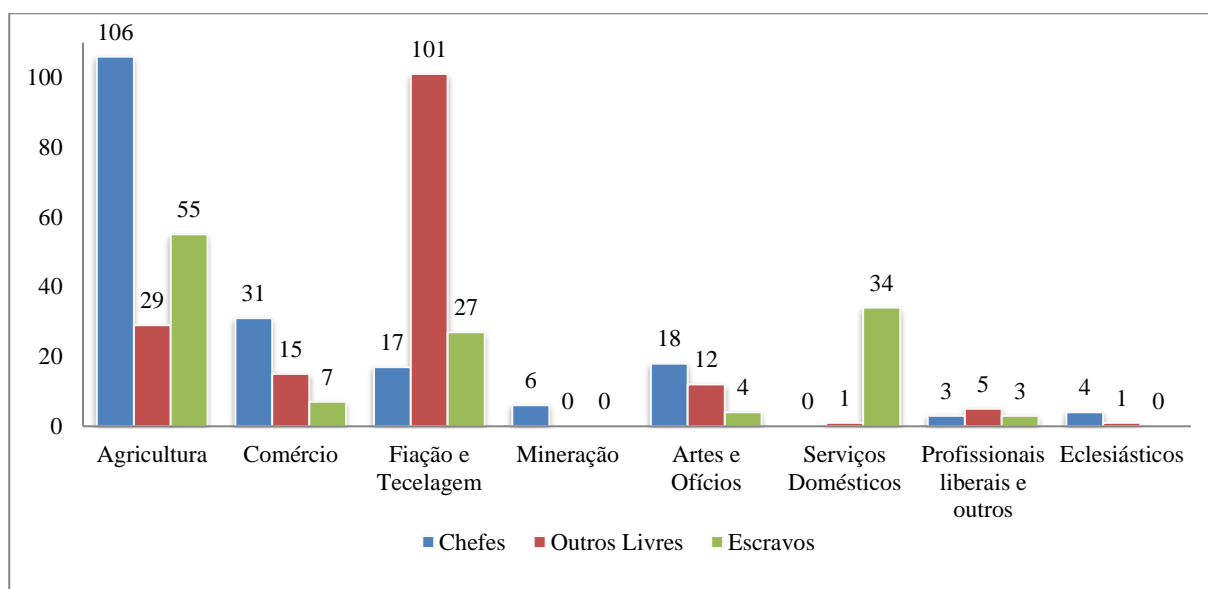
Além das ocupações dos chefes de domicílio, elencou-se a atividade em que estavam empregados os “outros livres” recenseados no domicílio: cônjuges, filhos e filhas, pais e mães, noras e genros, cunhados e cunhadas, irmãos e irmãs e agregados. Neste grupo de indivíduos, destacaram-se as atividades de fiação e tecelagem, indicativo da plurifuncionalidade econômica destes domicílios. Enquanto o marido estava ocupado com a produção de alimentos e o redirecionamento do excedente para os mercados locais, suas esposas e filhas trabalhavam na indústria caseira da produção de panos e outros tecidos.

Porém, o mais importante de se conhecer é em que atividade estavam ocupados os cativos. Se estes proprietários, acompanhando as oportunidades abertas pelo crescente tráfico transatlântico, traçaram estratégias para adquirir os seus cativos, aumentando o potencial de sua unidade produtiva, sem precisar tornar-se um trabalhador livre, é inegável que a informação sobre a atividade desenvolvida pelo cativo e o setor produtivo em que estava inserido seu proprietário, tem muito a dizer sobre o que significava tornar-se senhor e as estratégias destas pequenas posses em resistir às transformações econômicas.

Gráfico 4 – Setores ocupacionais, pequenos proprietários com posses africanizadas, vale do Rio Piranga, 1831-32

³⁴ Elegeram-se os dez anos de idade, pois é a idade do indivíduo livre ou liberto mais novo com a ocupação discriminada.

³⁵ Sobre a dinâmica rural da região, Ver LEMOS, Gusthavo. *Minas da Terra...* especificamente o Capítulo 2 “Dinâmica dos Homens: família e transmissão patrimonial na Guarapiranga canavieira” e os seus tópicos 2.3 (“*Ciclo de vida e formação do casal*”) e 2.4 (“Jogando com a herança cultural: o acervo de mecanismos de transmissão patrimonial dos produtores piranguenses de aguardente”).



Fonte: Arquivo Público Mineiro. Listas nominativas de Habitantes

Tabela 12 – Setor ocupacional dos indivíduos livres, libertos e escravos, segundo a faixa de posse. Pequenos proprietários com posses africanizadas, vale do Rio Piranga, 1831-32

		Posses	A	B	C	D	E	F	G	H
Chefes			28	15	10	4	9	0	3	0
Outros Livres		1	5	6	34	0	3	0	1	0
Escravos			8	1	4	0	0	11	1	0
Chefes			27	8	2	2	4	0	0	3
Outros Livres		2	11	1	25	0	2	1	2	0
Escravos			9	5	4	0	0	9	1	0
Chefes			28	7	3	0	1	0	0	1
Outros Livres		3	9	6	26	0	4	0	2	0
Escravos			18	0	9	0	1	9	0	0
Chefes			23	1	2	0	4	0	0	0
Outros Livres		4	4	2	16	0	3	0	0	1
Escravos			20	1	10	0	3	5	1	0

Fonte: Arquivo Público Mineiro. Listas nominativas de Habitantes. Legenda: (A) Agricultura; (B) Comércio; (C) Fiação e Tecelagem; (D) Mineração; (E) Artes e Ofícios; (F) Serviços Domésticos; (G) Profissionais liberais e outros; (H) Eclesiásticos.

Pode-se perceber pelas informações do Gráfico 4 que os cativos destas pequenas posses estavam ocupados majoritariamente nas atividades agrícolas, domésticas e de fiação e tecelagem. Curiosamente, mais cativos estavam atarefados com os fazeres domésticos³⁶ que com a fiação e tecelagem, atividade que teve grande proeminência entre os indivíduos livres e libertos. Em busca de compreensão destes dados, desagregaram-se os setores ocupacionais por faixas de posse (Tabela 12), procedimento que se mostrou muito elucidativo.

Ainda, tendo em vista os dados da Tabela 12, nota-se que entre os chefes, conforme aumentava o número de cativos, maior era a proporção de chefes de domicílios inseridos no setor agrícola. Não há qualquer novidade nesta constatação, principalmente levando-se em consideração tratar-se de uma região ruralizada pautada na escravidão. Por outro lado, chama a atenção a alta

³⁶ No universo dos dados pesquisados, as atividades arroladas em “Serviços Domésticos” foram cozinheiros e lavadeiras.

pluralidade de setores ocupacionais entre os proprietários de somente um escravo: 28 na agricultura, 15 no comércio, 10 na fiação e tecelagem e 9 ocupados em ofícios manuais como alfaiate, sapateiro, carpinteiro e ferreiro. Ainda nesta faixa e na seguinte, destacaram-se os cativos ocupados nos serviços domésticos, com cifras iguais ou maiores que aqueles na agricultura, ao passo que na faixa dos 3 e 4 escravos, a vasta maioria dos cativos estava inserida em atividades agrícolas. Assim, uma primeira conclusão que se pode chegar é que, havendo a possibilidade de produzir alimentos e outros produtos agrícolas para uma economia mercantilizada, ela demandava alguns escravos. Levando em consideração que a pequena propriedade agrícola dificilmente produzia para além do nível da subsistência, homens e mulheres que lidavam diariamente com os percalços da pequena produção, cientes deste imperativo, logo que tinham a oportunidade, capitalizavam sua produção adquirindo escravos e, por fim, transpondo seu pequeno efetivo escravo de 3 ou mais peças para a lida do campo.

Por sua vez, homens e mulheres livres inseridos em atividades ligadas ao comércio ou a ofícios manuais também desenvolviam um minucioso cálculo para o aumento de seu negócio que tinha como variável determinante a aquisição ou não de um cativo. Por exemplo, Fortunato José, homem pardo, 36 anos de idade e casado, era um tropeiro chefe de seu domicílio, no qual também fora recenseada sua mulher, Ana Nunes, parda, 26 anos de idade e fiadeira. Este casal era proprietário de Joaquim, cativo africano, também declarado como tropeiro, certamente um investimento feito pelo casal que pelo menos dobrava o montante do serviço de Fortunato em sua atividade comercial.

Estratégia similar foi empreendida por Vicente Pereira Antunes e Francisca Jacinta, pardos, 54 e 46 anos, respectivamente, ele ferreiro e ela sem atividade declarada. Proprietários de Teresa africana, escrava que era cozinheira no domicílio deste casal, deixando todos os outros indivíduos – além do casal, foram recenseados uma filha de 19 anos, fiadeira, e um agregado, negociante – para desenvolverem suas atividades sem se preocuparem com afazeres domésticos e outros que envolviam o cotidiano domiciliar.

Por fim, elege-se o domicílio chefiado pelo carpinteiro Antônio Dias dos Anjos, neto do Tenente Dias dos Anjos, falecido no ano de 1787, com um efetivo de 25 escravos, personagem muito citado na introdução deste artigo. Além de apresentar uma trajetória intercensitária muito ilustrativa do argumento que se quer aprofundar, considerando-se as décadas que separam ele, pequeno proprietário de escravos na década de 1830, e seu avô, componente do seletivo grupo de proprietários de mais de 10 cativos nas décadas finais do século XVIII, enxerga-se em detalhe, através das dinâmicas intergeracionais dos Dias dos Anjos, os efeitos da conjuntura de crise econômica e sua reestruturação, marca peculiar da transição do século XVIII ao XIX em Minas Gerais.

Em 1831, o dito carpinteiro fora declarado branco, com 26 anos de idade, casado com Ana Clara Teixeira, branca, de 24 anos de idade. Naquela documentação, além do casal, 3 filhos são listados – Faustino, Maria e Lauriano, de 7, 5 e 4 anos respectivamente – e Maria, mulher africana, escrava, cozinheira e, certamente, responsável por outros afazeres domésticos. Muito provavelmente, com a propriedade desta cativa, Antônio podia se concentrar no desenvolvimento de sua carpintaria e Ana Clara na criação e educação dos filhos do casal. Não há dúvidas que ela teve sucesso: no recenseamento do ano de 1839, o qual discrimina aqueles indivíduos que sabem ler e/ou escrever, Faustino, com 15 anos de idade “lê e escreve”, enquanto Lauriano, aos 12 anos, seguia os passos do irmão, pois, já “sabe ler”.³⁷

Além destas informações sobre a educação formal dos filhos do casal, encontrar um domicílio em dois momentos no tempo possibilita perceber as variações na estrutura domiciliar, as

³⁷ Ana Clara não era alfabetizada segundo o recenseamento de 1839. Assim, acredita-se que a educação formal dos filhos do casal esteve ao encargo de Manoel José da Cunha, “professor de primeiras letras”, habitante do mesmo distrito, casado, pai de sete filhos entre 5 e 18 anos de idade, e assim como Antônio e Ana Clara, proprietário de somente um escravo: Joaquim, africano, 24 anos de idade, cozinheiro.

quais tem grande efeito explicativo sobre as transformações que este artigo vem dissertando. Entre os dois recenseamentos nasceram mais quatro filhos do casal, portanto, na passagem da década de 1830 para 1840, este jovem casal tinha 7 filhos com idades entre 1 e 15 anos. Entretanto, o que mais merece destaque é o incremento da posse de cativos, a qual, de um escravo em 1831, saltou para 5 cativos em 1839. Além de Maria, mais três escravos africanos, todos eles homens, com idades entre 15 a 20 anos, e Rita crioula, 10 anos de idade, a qual se constatou ser filha de Maria³⁸, foram recenseados no domicílio. Por fim, Antônio Dias dos Anjos, deixou de lado os serviços de carpinteiro e passou a dedicar-se a sua pequena lavoura, enquanto sua esposa, “tece e fia”.

Em outro momento do artigo, demonstrei que filhos e outros herdeiros do Tenente Antônio Dias dos Anjos, após o falecimento deste, não mantiveram coeso o patrimônio familiar, os quais, ao contrário dos herdeiros de Coelho Duarte, tornaram-se senhores de pequenas posses. Todavia, não se pode esquecer, a acentuação das desigualdades deu-se principalmente pela exasperação das disparidades entre o mundo dos senhores dos escravos, sejam grandes ou pequenos proprietários, e entre aqueles indivíduos livres despossuídos da mão-de-obra escravizada. Num contexto de tráfico crescente e oportunidades de inserção em novas atividades produtivas, a trajetória do domicílio de Antônio Dias dos Anjos demonstra um processo mais comum do que se imagina: pequenos proprietários, ou até mesmo não proprietários, foram participantes ativos no tráfico transatlântico de escravos.

Antônio Dias dos Anjos, muito provavelmente, recém-casado ou mesmo antes, em meados da década de 1820, tendo acumulado algum pecúlio, tratou com algum agente do tráfico de escravos para a região e comprou Maria, cativa africana, que, como já salientado, foi uma peça fundamental ao desenvolvimento das atividades econômicas da unidade produtiva de seu senhor, mesmo não estando ocupada na pequena indústria têxtil ou na agricultura, segundo informação do recenseador. Ao longo das décadas de 1820 e 1830, Antônio Dias dos Anjos aumentou os seus ganhos e pode comprar mais três escravos via tráfico transatlântico, muito provavelmente com o capital acumulado da prestação de serviços como carpinteiro na construção e manutenção de benfeitorias nas fazendas da região. Senhor de quatro escravos adultos e uma criança, nascida em seu cativo, viu que seria rentável migrar seus investimentos para a agricultura, quem sabe, deixando de lado a ociosidade de pequenos pedaços de terra que tivesse adquirido por compra, empregando o braço cativo, explorando as potencialidades de uma economia que se mercantilizava.

Conclusão

Ao longo deste artigo tomou-se como prerrogativa a demonstrada concentração de capitais e acentuação das desigualdades. Nesta conjuntura, restringiu-se o acesso à mão-de-obra escrava, mesmo num contexto de tráfico crescente, o que ampliou o fosso entre proprietários e não proprietários. Por sua vez, informações sobre o tráfico de escravos para a região demonstraram a alta taxa de africanização das pequenas posses e o constatado investimento no setor agrícola, quando se podiam aumentar o efetivo escravo empenhado.

Assim, indica-se que pequenos proprietários de escravos ou não proprietários, que tiveram a oportunidade, apressaram-se em adquirir o quanto antes as peças do seu efetivo, mitigando a possibilidade de ter de tornar-se trabalhador livre, dependente unicamente de sua força de trabalho. Ainda, deixa-se aqui sugerido que para aqueles aos quais as peças do tráfico não estiveram disponíveis, em tese, restaram a prestação de serviços a familiares, vizinhos ou proprietários que em determinadas épocas da lavoura necessitavam de força de trabalho extra.

Desta forma, parece ser urgente conhecer a estrutura fundiária e as relações ao entorno da posse da terra, firmadas por pequenos, médios e grandes proprietários de escravos. Não há quem hesite em afirmar que a escravidão determinou as relações sociais naquela sociedade, todavia, acredita-se que as grandes desigualdades gestadas nas primeiras décadas do século XIX, definiram a

³⁸ Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. Livros de Batismos, freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga. Livro 11, página 194v

estrutura fundiária e as hierarquias entre proprietários de terra, as quais, quando exploradas, abrirão novas possibilidades de compreensão a partir das inter-relações entre escravidão e posse da terra. Todavia, ficam aqui como apontamentos para pesquisas futuras.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Cristiana Viegas de. *Domicílios mineiros oitocentistas: uma aplicação do método Grade of Membership (GoM)*. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de pós-graduação em Demografia (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG, 2001

ANDRADE, Mateus Rezende. *Compadrio, casamento e espaço em zona de fronteira agrícola: redes sociais da elite rural de Piranga (Minas Gerais, C1760-C1850)*. *Revista Tempos Históricos*, v. 19, p. 235-267, 2015

BOTELHO, Tarcísio R. *Categorias de diferenças: ocupação, raça e condição social no Brasil do século XIX*. *Locus* (Juiz de Fora), v. 26, p. 153-185, 2008

BOTELHO, Tarcísio R. *Famílias e escravarias: demografia e família escrava no Norte de Minas Gerais no século XIX*. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Programa de pós-graduação em História Social (Dissertação de Mestrado). São Paulo: USP, 1994.

CUNHA, Alexandre Mendes & GODOY, Marcelo Magalhães. *Redes clientelares e listas nominativas de 1831/32 para a província de Minas Gerais: reflexões conceituais e metodológicas*. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional da ABEP, Caxambu, 2004

CURTIN, Philip. *The Atlantic slave trade: a census*. Madison: University of Wisconsin Press, 1969

ELTIS, David; RICHARDSON, David. *Os mercados de escravos africanos recém-chegados às Américas: padrões de preços, 1673-1865*. *Topoi*, Rio de Janeiro, março 2003, p. 9-46.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico negreiro de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Editora Unesp, 2014

FLORENTINO, Manolo; RIBEIRO, Alexandre V.; SILVA, Daniel D. *Aspectos comparativos do tráfico de africanos para o Brasil (séculos XVIII e XIX)*. *Afro-Ásia*, nº 31, 2004, p.83-126

FRAGOSO, João Luís, FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia. Rio de Janeiro, c.1790-c.1840*. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001

FRAGOSO, João. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na Praça Mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. 2. ed., rev. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998

FREIRE, Jonis. *A inserção dos africanos na Zona da Mata – Minas Gerais, Século XIX*. *Sankofa. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana*. v.3, n.6, p.7-25, 2010

FURTADO, Júnia F. *Quem nasce, quem chega: o mundo dos escravos no Distrito Diamantino e no arraial do Tejuco*. In: FURTADO, Júnia Ferreira; LIBBY, Douglas Cole. (Org.). *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX*. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2006. p. 223-250

FURTADO, Júnia Ferreira. *Chica da Silva e o contratador de diamantes: o outro lado do mito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003

GODOY, Marcelo Magalhães. *O primado do mercado interno: a proeminência do espaço canavieiro de Minas Gerais no último século de hegemonia das atividades agroaçucareiras tradicionais no Brasil*. *Estudos Econômicos (São Paulo)*, 38(4), 815-848, 2008. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S0101-41612008000400005>, acessado 25 de outubro de 2017

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del Rei (1831-1888)*. São Paulo: Annablume, 2002

- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Metais e pedras preciosas. In: _____. *História da Civilização Brasileira*; à época colonial. 6ª. ed. São Paulo: Difel, 1985. Tomo I, vol.2. p.259-310
- IGLÉSIAS, Francisco. Minas e a imposição do Estado no Brasil. In: *Revista de História*, São Paulo, (1), 100, 1974
- LANGFUR, Hal. *The forbidden lands: colonial identity, frontier violence, and persistence of Brazil's eastern Indians, 1750-1830*. Stanford, California: Stanford University Press, 2006
- LEMOS, Gusthavo. *Minas da Terra: família, produção da riqueza e dinâmica do espaço em zona de fronteira agrícola. Minas Gerais, 1800-1856*. São Paulo: Annablume, 2014
- LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação*. São Paulo: Símbolo, 1979
- LIBBY, D. C. O tráfico negreiro internacional e a demografia escrava nas Minas Gerais: um século e meio de oscilações. In: FURTADO, Júnia F. (Org.). *Sons, formas, cores e movimentos na modernidade atlântica: Europa, Américas e África*. São Paulo e Belo Horizonte: Annablume e FAPEMIG/PPGH-UFGM, 2008. p. 457-479
- LIBBY, D. C., PAIVA, C. A. A middle path: slavery and natural increase in nineteenth-century Minas Gerais. *Latin American Population History Bulletin*, Minneapolis USA, v. 23, p. 2-15, 1993
- LIBBY, Douglas C., GRIMALDI, Márcia. Economia e estabilidade: economia e comportamento demográfico num regime escravista, Minas Gerais no século XIX. *Papéis Avulsos*. Rio de Janeiro. 7: 26-43, dez. 1988
- LIBBY, Douglas Cole. *Trabalho Escravo e Capital Estrangeiro no Brasil. O Caso de Morro Velho*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, Belo Horizonte, 1984;
- LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- LINHARES, Maria Yedda Leite. *O Brasil no século XVIII e a idade do ouro: a propósito da problemática da decadência*. In: Seminário sobre a cultura mineira no período colonial. Belo Horizonte, Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais, 1979
- MALAQUIAS, Carlos de Oliveira. *Remediados senhores: pequenos escravistas na freguesia de São José do Rio das Mortes, c.1790 c.1844*. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-graduação em História, Belo Horizonte, MG, 2014.
- MARTINS, Roberto Borges. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: Cedeplar, 1980
- MARTINS, Roberto Borges. Minas Gerais no século XIX: tráfico e apego à escravidão em uma economia não-exportadora. *Estudos Econômicos (São Paulo)*, 13(1), 1983
- PAIVA, C. A., ARNAUT, L. D. H. Fontes para o estudo de Minas oitocentista: listas nominativas. V Seminário sobre a Economia Mineira, Anais, Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFGM, 1990, p. 85-106.
- PAIVA, C. A., LIBBY, D. C., GRIMALDI, M. Crescimento da população escrava: uma questão em aberto. In: IV Seminário sobre a Economia Mineira, 1988, Diamantina. *Anais do IV Seminário sobre a Economia Mineira*. Belo Horizonte : CEDEPLAR/FACE/UFGM, 1988. v. 1. p. 11-32
- PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. Programa de pós-graduação em História Social (Tese de Doutorado). São Paulo: USP, 1996
- PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na Colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: UFGM, 2001.

RODARTE, Mario Marcos Sampaio. *O trabalho do fogo: domicílios ou famílias do passado – Minas Gerais, 1830*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012

SLENES, Robert. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX. *Cadernos do IFCH/Unicamp*, Campinas, 17, 1985.

SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1986

SOUZA, Laura de Mello e. Nobreza de Sangue e Nobreza de Costume: Ideias sobre a Sociedade de Minas Gerais no Século XVIII. In:_____. *O Sol e a Sombra: Política e administração na América Portuguesa do Século XVIII*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2006